



O DIREITO À LIBERDADE EM PAULO

Ademir Rubini*

RESUMO:

Compreender a questão da liberdade, a partir dos escritos paulinos, supõe levar em conta a estrutura institucional romana da escravidão. O império romano tinha como base uma sociedade genuinamente escravista, integrando os escravos na economia e na sociedade, diferentemente da escravidão moderna. A escravidão romana fazia parte de seu status legal e não se ligava, necessariamente, ao nível socioeconômico. Por isso, não podemos simplesmente fazer uma leitura dos textos paulinos na ótica do iluminismo moderno, principalmente, imaginando que a liberdade a que Paulo se refere tivesse diretamente um sentido de oposição ao sistema legal instituído. As poucas referências que Paulo faz sobre a escravidão e sua superação, a partir da fé cristã, são mais bem compreendidas a partir do conceito de manumissão, e não como emancipação ou abolição no sentido moderno. Não é fácil perceber diretamente a exigência da liberdade, enquanto direito humano, mediante aquilo que Paulo escreveu. No entanto, o tema escravidão versus liberdade precisa ser visto no conjunto da doutrina paulina. Olhando na perspectiva do serviço ao Evangelho, podemos afirmar que Paulo, mesmo indiretamente, mexe no sistema escravagista. O ponto de partida, porém, não pode ser a suposta crítica realizada à ideologia da instituição social escravagista, mas o uso mental da estrutura romana da escravidão como canal para a construção de novas relações entre as pessoas e com Deus.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade, direito humano, escravidão.

O direito à liberdade no mundo greco-romano, no tempo do Apóstolo Paulo, estava diretamente vinculado ao sistema escravagista, que fazia parte do *status* legal romano. Era um sistema bastante complexo, que precisa ser entendido de acordo com os diversos contextos e regiões que compunham o império romano. Não podemos generalizar a realidade da escravidão como homogênea em todo o império. Da mesma forma, é necessário separar as definições de escravidão e, principalmente, seu exercício no período romano, na Grécia clássica, bem como na modernidade. Mesmo durante o império romano, o sistema escravagista de Roma era diferente das províncias romanas.

* Ademir Rubini é mestre em Teologia, área de concentração: Bíblia e doutorando na Escola Superior de Teologia – EST, como bolsista da CAPES. É professor na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades. Email: ademir_rubini@yahoo.com.br.

Em Atenas, Aristóteles definia a escravidão como um fenômeno natural, segundo o qual havia corpos humanos biologicamente construídos para a escravidão. Assim, “a escravidão justificava-se filosoficamente como parte da lei natural. Para que pudesse existir a aristocracia, argumentava-se, era necessário que os deuses proovessem os aristocratas de quem os servisse”.¹ Para os romanos, bem como para a filosofia estoica, a escravidão não era vista como natural. “Na lei romana, a escravidão é uma instituição da lei das nações (*ius gentium*) pela qual, contra a natureza (*contra naturam*), uma pessoa é sujeita ao poder (*dominium*) de um outra [...]”.² Embora considerando a escravidão contra a natureza, moralmente era considerada como correta.

Na Ásia Menor a situação dos escravos,³ ao que parece, era diferente e melhor do que em Roma. Aliás, de modo geral, a situação dos escravos no Oriente era incomparável com o Ocidente, no qual o trato despótico era mais comum. Por isso, impossível igualar a situação da escravidão em todo o império, tanto na porcentagem de escravos bem como a forma de tratá-los. Em Roma, o número de escravos chegava a dois terços do total da população,⁴ ao passo que na Ásia Menor era em torno de um terço.⁵ Muitos escravos eram prisioneiros de guerra e trabalhavam para manter os privilégios da aristocracia da cidade de Roma.

Na Ásia Menor, o escravo, malgrado sua condição, era tratado com mais consideração e humanismo. “Tinham um mínimo de direitos (não perante a lei, mas por força do costume): alimentação, vestes, matrimônio, um mínimo de vida familiar, inclusive certas posses e poupanças.”⁶ Além disso, havia entre os escravos gente culta, que colaborava na educação dos filhos do seu senhor, atuando também como secretários e até como administradores, de acordo com a confiança que conquistavam de seus senhores. Paulo usa, na carta aos Gálatas, a imagem do

¹ ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João*. Aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997, p. 61 (Cf. ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999).

² HARRILL, J. Alber. *Paulo e a escravidão*. In: SAMPLEY, J. Paul. Paulo no mundo greco-romano: um compêndio. São Paulo, SP: Paulus, 2008, p. 506.

³ Segundo Arens, a categoria *escravo* era aplicada em três situações diferentes: Em primeiro lugar, por ter nascido de mãe escrava. Além disso, uma pessoa podia ser feita escrava, como prisioneira de guerra ou por piratas. Finalmente, por necessidade pessoal, assumindo trabalhos de servidão para poder sobreviver ou para pagar dívidas (1997, p. 60).

⁴ COMBY, Jean; LEMONON, P. *Vida e religiões no Império Romano no tempo das primeiras comunidades cristãs*. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 80.

⁵ ARENS, 1997, p. 68.

⁶ ARENS, 1997, p. 62. Esta economia é que possibilitava ao escravo, depois de certo tempo de poupança, comprar sua liberdade.

pedagogo, comparando com o papel que a Lei tinha, de conduzir a Cristo (Gl 3,23-26). Este era o papel desempenhado por muitos escravos que, devido seu grau de cultura, eram integrados na vida de muitas famílias.

Os filósofos estóicos deram um passo importante na valorização do escravo. “Segundo eles, os escravos eram escravos só externa e fisicamente, mas interiormente eram pessoas livres e, sendo tão humanos como os outros homens, com igualdade e inclusive superioridade de capacidades, deveriam ter igualdade de direitos.”⁷ Eles não questionaram a estrutura da escravidão em si, ao menos não, diretamente. Tampouco Paulo fez isso. Esta visão era fruto daquele contexto e não podemos julgar com a visão que temos hoje. Por outro lado, esta nova postura em relação ao escravo, no tocante à possibilidade de liberdade, não deixou de ser um avanço diante da condição de baixa autoestima das pessoas escravas.

Em certos casos, o escravo, no contexto da Ásia Menor, tinha condições de vida melhores que muitos livres, principalmente se estes se achavam endividados e sem oportunidades para prover sua sobrevivência e de sua família. “Além de ter o sustento assegurado, o escravo aprendia muitas vezes uma profissão ou arte que lhe poderia ser muito útil.”⁸ Contudo, essas condições não eram garantidas a todos os escravos. Havia desde os que se dedicavam à administração, tendo uma vida mais razoável, até os que trabalhavam em situações mais sofridas e perigosas, como nas minas.

Por fim, é necessário distinguir entre sociedades genuinamente escravistas, como a romana, das sociedades que compreendiam escravos, como as modernas. Nas primeiras, os escravos eram integrados em todos os níveis da economia. “Nas cidades ao redor do Mediterrâneo, os escravos eram treinados e trabalhavam como médicos, engenheiros, artesãos, vendedores, arquitetos, artistas, atores, magos e profetas (por ex., At 16,16-24), mestres, poetas profissionais e filósofos.”⁹ A possibilidade de libertação dos escravos na época não pode ser confundida com a ideia de emancipação.

E emancipação de escravos é uma invenção proveniente do Iluminismo europeu do séc. XVIII, para expressar a convicção moral e política de que a escravidão, seja como instituição, seja como ideologia, repugna aos ideais

⁷ ARENS, 1997, p. 64.

⁸ ARENS, 1997, p. 66.

⁹ HARRILL, 2008, p. 514. Os escravos não formavam e não tinham uma consciência de classe social, na perspectiva marxista, podiam ser encontrados em todos os níveis econômicos.

de todas as sociedades civilizadas e justas de seres humanos. Como tal, *emancipação* torna-se sinônimo de abolição.¹⁰

O conceito mais adequado para compreender o processo de libertação dos escravos durante o império romano é *manumissão*. Esta fazia do escravo um liberto, e caracterizava-se como uma forma limitada de libertação. A partir desse conceito, as pessoas livres no Império Romano formavam dois grupos: os que nasciam livres e os libertos, que conquistavam sua liberdade durante a vida. A libertação de um escravo normalmente acontecia basicamente de duas maneiras: como um gesto de gratidão do seu senhor ou então pela compra de sua liberdade, que se caracterizava como redenção¹¹. Logicamente isto não acontecia de um dia para outro. Tanto o gesto de gratidão do senhor, como o valor em dinheiro para a compra da liberdade, era fruto de muitos anos de trabalho. E mesmo conseguindo isso, havia um processo legal que precisava ser respeitado, como a apresentação de uma declaração que o senhor encaminhava ao magistrado e que precisava ser ratificada por ele, ou através de um testamento. Neste caso, somente após a morte do senhor é que o escravo obtinha a liberdade.¹²

Havia a possibilidade de um escravo conquistar a liberdade, embora pagando um alto preço para isso. Porém, para evitar que houvesse um número exagerado de libertos, havia uma lei que proibia libertar um escravo antes dos trinta anos.¹³ Nesta fase da vida era um bom negócio para o senhor de um escravo libertar-se dele, porque já não havia mais o mesmo desempenho no trabalho, principalmente, se trabalhasse nos campos ou nas minas. Se naquela época a expectativa de vida de uma pessoa era em torno de quarenta anos, isso significa que um escravo passava pelo menos três quartos de sua vida nesta condição, e ao conquistar sua liberdade já não tinha mais forças suficientes para trabalhar e melhorar significativamente suas condições financeiras.

¹⁰ HARRILL, 2008, p. 511. Não havia, nas sociedades antigas, nenhum movimento abolicionista como aquele conhecido a partir da idade moderna.

¹¹ Segundo Brown, este conceito tem a ver com o termo grego *lyo*, que pode ser traduzido por “soltar”, “libertar”, “abolir”. Ele é aplicado em situações em que uma pessoa está submetida ao controle de outra pessoa, portanto, sem liberdade. A redenção, neste caso, quer expressar a libertação mediante o pagamento de um resgate. Cf. BROWN, C. *Redenção*. In: COENEN; BROWN. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Trad. Gordon Chown, 2ª ed. Vol. I e II, São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 1973.

¹² ARENS, 1997, p. 70. O valor de um escravo variava de acordo com suas habilidades. Em Roma um escravo custava entre 300 e 1200 denários. Equivalia aproximadamente a três anos de sustento de uma família humilde.

¹³ ARENS, 1997, p. 71.

Após a liberdade podia acontecer de que houvesse ainda uma ligação com o antigo senhor. Isto acontecia por diversos motivos, como pelo fato de o escravo ter pagado uma soma inferior ao estabelecido, ficando de alguma maneira a serviço do seu senhor, ou por conveniência. “Por não ter dinheiro suficiente para começar um negócio próprio ou para comprar uma pequena gleba, ou simplesmente por gratidão.”¹⁴ Além disso, ficava uma marca permanente na vida de um liberto, através do seu nome. Ao ser libertado, o escravo recebia um novo nome. Este era composto da seguinte maneira: o primeiro nome era do seu ex-senhor, em honra dele, seguido pela sigla “l.” (= *libertus*) e, por último, seu nome próprio (*cognomen*).¹⁵ Isto mostra que, de qualquer forma, o liberto sempre ficava com uma marca perante a sociedade, que o colocava numa condição abaixo da pessoa livre desde o nascimento.

Mesmo que a manumissão isentasse o ex-escravo de obrigações legais com seu antigo senhor, o sistema romano de patronato ainda o mantinha ligado ao senhor, que se tornava agora seu patrono. “Como seu cliente, o liberto tinha de fazer visitas diárias ao novo patrono para uma saudação matinal, podia receber uma pequena quantia de dinheiro como recompensa e se solicitado a executar algumas tarefas.”¹⁶

Para uma pessoa livre, que se colocava a serviço de um determinado senhor, numa relação de clientela, havia dois tipos de tratamento, dependendo do motivo pelo qual isso acontecia. Se fosse por necessidade de subsistência ou por indignidade, o tratamento dado pelo senhor era mais facilmente passível de abusos e exploração. Se, ao contrário, o serviço fosse a realização de um empreendimento importante para o patrão, principalmente vindo de pessoas qualificadas, como artistas, filósofos e mestres, a relação era de conveniência e não de necessidade.¹⁷ Neste caso, havia uma dupla troca de favores, dificultando assim de um cometer injustiça contra o outro.

¹⁴ ARENS, 1997, p. 72. Numa sociedade que tinha um sistema de produção escravagista, era complicado viver de forma autônoma, ganhando seu próprio sustento. Muitas vezes dava maior segurança ser escravo, tendo pelo menos o que comer, do que ser livre sem ter os meios para garantir seu sustento e de sua família. Por isso, havia pessoas que assumiam livremente a condição de servos em troca de alojamento e alimentação.

¹⁵ ARENS, 1997. p. 72.

¹⁶ KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento*, v.1. São Paulo: Paulus, 2005, p. 65.

¹⁷ ARENS, 1997, p. 74.

No caso específico da Ásia Menor, onde Paulo atuou maior tempo, parece que havia mais resistência para libertar um escravo do que em Roma. Um dos fatores poderia ser porque o número de escravos era mais baixo na Ásia Menor. Por outro lado, o índice maior em Roma era de libertos com mais de trinta anos de idade, quando já não produzia mais tanto no trabalho. Não deixava de ser uma forma de se livrar de um problema.¹⁸

A nova condição dos escravos a partir da fé cristã

Nas cartas autênticas de Paulo encontramos poucos dados sobre o tema da escravidão. Além disso, as poucas passagens que temos, querem comunicar mais um dado teológico do que uma ética da escravidão. As três referências principais são: 1Cor 7,20-24; Filêmon e Gl 3,28.

O texto de 1Cor 7,20-24, considerado o mais importante, o único lugar em que Paulo se refere aos escravos diretamente, tem como centro de investigação o v. 21, que podemos traduzir literalmente por: *Escravo foste chamado, não te preocupes; mas se também puderes livre [2] vir a ser [1], antes faze uso (da ocasião).*¹⁹ As traduções divergem entre fazer uso da situação de escravidão ou de aproveitar a ocasião para ser livre. Vejamos abaixo algumas traduções:

Bíblia de Jerusalém: *Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isso. Ao contrário, ainda que te pudesses tornar livre, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo.*

Bíblia Pastoral: *Você era escravo quando foi chamado? Não se preocupe com isso. Mas, se você pode se tornar livre, não deixe passar a oportunidade.*

Bíblia do Peregrino: *Foste chamado sendo escravo? Não te importes; mas, se puderes emancipar-te, aproveita.*

TEB: *Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isso; pelo contrário, mesmo que pudesses te libertar, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo.*

¹⁸ ARENS, 1997, p. 71. Na Itália, 27 por cento eram livres na idade de vinte anos e 58,7 por cento na idade de trinta anos, nos primeiros séculos d.C. Esse dado pode ser entendido de duas formas: os escravos conseguiam conquistar sua liberdade com o tempo ou era uma forma de os senhores se livrarem daqueles que já não produziam tanto. Parece que este segundo fator tenha sido mais determinante.

¹⁹ Novo Testamento Interlinear Grego-Português. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004, p. 631.

João Ferreira de Almeida: *Foste chamado, sendo escravo? Não te preocupes com isso; mas, se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade.*

A expressão *mallon chrēsai*, “antes faze uso” podem também ser traduzida por “tirar o máximo proveito, tirar vantagem de”.²⁰ Harrill apresenta duas possíveis soluções para esse problema interpretativo, em favor da posição paulina de fazer uso da ocasião para ganhar a liberdade. A primeira se encontra na construção gramatical em paralelo com autores gregos. “Quando Paulo coloca uma premissa (*sendo escravo*), ele aconselha uma ação (*não te preocupes*). Mas, depois, quando coloca outra premissa, diferente (*se podes alcançar a liberdade*), aconselha uma ação diferente (*preocupa-te e ganha-a*).”²¹

A segunda solução baseia-se no mesmo modelo estilístico usado por Paulo, no contexto de 1Cor 7, ao tratar da escravidão, do matrimônio e da circuncisão. Paulo pergunta: *Foi alguém chamado à fé quando circunciso? Não procure dissimular a sua circuncisão* (v.18a). *Estás ligado a uma mulher? Não procures romper o vínculo. Não estás ligado a uma mulher? Não procures mulher* (v. 27). Nas duas questões Paulo aconselha ficar no mesmo estado de vida. A orientação parece mudar quando o Apóstolo aborda a questão da escravidão: *Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto* (v. 21a). “De acordo com o modelo da diatribe, poder-se-ia esperar que Paulo dissesse: ‘Não procures tornar-te livre’. Mas, em vez disso, Paulo deliberadamente suaviza o impacto de seu imperativo, abrindo espaço para uma exceção [...]”²² Ou seja, a orientação paulina, de cada um permanecer na condição de vida em que estava quando foi chamado, é diferente para quem fosse escravo.

Embora Paulo tenha incentivado os escravos a buscarem a liberdade, não podemos simplesmente afirmar que ele tivesse em mente a abolição da escravidão, como entendemos a partir da modernidade. Antes, a orientação do Apóstolo correspondia àquilo que já era uma prática dentro do sistema escravagista romano, ou seja, a manumissão, possibilitando ao escravo uma forma parcial de libertação social. “O fato de Paulo aceitar e até encorajar a manumissão de escravos não indica que ele se opunha à escravidão como uma instituição ou ideologia.”²³

²⁰ RUPPRECHT A. A. Escravo, escravidão. In: HAWTHORNE, Gerald F.; MARTIN, Ralph P.; REID, Daniel G. *Dicionário de Paulo e suas cartas*. São Paulo: Vida Nova, Paulus Loyola, 2008, p. 480.

²¹ HARRILL, 2008, p. 519.

²² HARRILL, 2008, p. 520.

²³ HARRILL, 2008, p. 521.

Da mesma que em 1Cor 7,21, acontece no caso de Filêmon e de Gl 3,28. Não encontramos nestas passagens uma oposição direta de Paulo à escravidão, enquanto instituição ou ideologia. Sua preferência pela manumissão foi certamente uma brecha encontrada dentro do sistema escravagista em vista do serviço ao Evangelho. O texto de 1Cor 7,22-23 foca neste objetivo: *Pois aquele que era escravo quando chamado no Senhor é um liberto do Senhor. Da mesma forma, aquele que era livre foi chamado, é um escravo de Cristo. Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate; não vos torneis escravos dos homens.* Paulo se utiliza do princípio romano da manumissão para explicitar a nova forma de vida cristã.

A salvação, conforme Paulo, não é simplesmente uma condição individual melhorada – liberdade – mas uma compra no mercado e uma subsequente recolocação como servos domésticos numa nova hierarquia (a casa do Senhor) como escravos e libertos de Cristo.²⁴

A liberdade cristã não tem um fim em si mesmo. É uma liberdade para. A orientação de Paulo de superação da escravidão tem em vista uma nova vida, um novo comportamento, baseado no amor fraterno, a serviço do Evangelho. É deixar uma condição de vida submissa aos interesses do Império para pertencer a Cristo.

Paulo faz uso da metáfora da escravidão para expressar sua teologia. Isso se torna evidente em três termos principais: redenção, justificação e reconciliação.

Redenção, literalmente o ato de alforriar um escravo, é usada por ele para dizer que Cristo liberta os fieis do pecado; justificação, o ato de ser julgado e inocentado, é usada para descrever a liberdade dos cristãos como a liberdade completa que um escravo recebe com a alforria; e reconciliação, a reunião dos que estavam separados uns dos outros, é usada para transmitir a ideia de que, assim como o escravo, excluído dos direitos e privilégios de uma sociedade livre, torna-se membro dessa sociedade pela alforria, também aquele que vem a Cristo torna-se agora membro da família de Deus.²⁵

Neil Elliott critica a interpretação tradicional de 1Cor 7,21, a qual foi contaminada pelos escritos deuteropaulinos. Consolidou-se, principalmente, dois padrões de pensamento. Um deles é que Paulo não teve interesse que os escravos mudassem sua condição por causa da crença de que estaria próximo o fim dos tempos. Outro é Paulo estava interessado, em primeiro lugar, na mudança da atitude do indivíduo, enquanto uma liberdade interna em Cristo e não a liberdade

²⁴ HARRILL, 2008, p. 530.

²⁵ RUPPRECHT, 2008, p. 480.

socioeconômica. “Aqui podemos ver que a suposta ‘relutância’ de Paulo ‘em sacudir as estruturas sociais’, derivada de leitura defeituosa de um versículo de 1 Coríntios, tornou-se uma espécie de princípio teológico.”²⁶

A prática de comunidades primitivas judaicas e cristãs demonstra que muito cedo tiveram a opção de não terem escravos ou de promoverem a alforria de escravos comprando-os de seus donos. Isso representa uma tendência das orientações dadas por Paulo. Elliott afirma:

Concluo que um “dever” do dono para com escravos, mesmo a ponto de libertá-los, estava entre as expectativas que Paulo teria comunicado a donos de casa ou pais de família no período de sua formação como cristãos. Ou seja, o dever do dono para com o escravo, incluindo virtualmente manumissão, era parte integral do evangelho que Paulo pregava.²⁷

Isso nos leva a concluir que, apesar de Paulo não ter pensado o direito à liberdade nos moldes das sociedades modernas, a força do Evangelho por ele anunciado foi causa de novas relações entre senhores e escravos. Talvez o canal principal utilizado por Paulo, que provocou a superação de submissão, foi a prática da manumissão possibilitada a partir das leis do império. A liberdade, conquistada por Cristo (Gl 5,1), constituiu-se no seu Evangelho.

REFERÊNCIAS

ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João*. Aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Trad. Gordon Chown, 2. ed. Vol. I e II, São Paulo: Vida Nova, 2000.

COMBY, Jean; LEMONON, P. *Vida e religiões no Império Romano no tempo das primeiras comunidades cristãs*. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1988.

²⁶ ELLIOTT, Neil. *Libertando Paulo: a justiça de Deus e a política do apóstolo*. São Paulo, SP: Paulus, 1998, p. 54 (cf. p. 53-56).

²⁷ ELLIOTT, 1998, p. 73.

HAWTHORNE, Gerald F.; MARTIN, Ralph P.; REID, Daniel G. *Dicionário de Paulo e suas cartas*. São Paulo: Vida Nova, Paulus Loyola 2008.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento*, v.1. São Paulo: Paulus, 2005. 2 v.

Novo Testamento Interlinear Grego-Português. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

ELLIOTT, Neil. *Libertando Paulo: a justiça de Deus e a política do apóstolo*. São Paulo, SP: Paulus, 1998.

SAMPLEY, J. Paul. *Paulo no mundo greco-romano: um compêndio*. São Paulo, SP: Paulus, 2008.